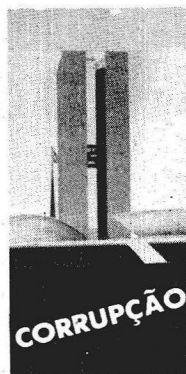


Magalhães prevê a cassação de 20 a 30 corruptos



A CPI do Orçamento deverá punir entre 20 e 30 parlamentares por terem participado de ilícitos com recursos orçamentários. Esta foi a conclusão a que chegaram o relator da Comissão, deputado

Roberto Magalhães (PFL-PE), e os coordenadores das subcomissões, reunidas ontem no Prodasen. Ficou acertado que os parlamentares que não estiverem envolvidos no escândalo do Orçamento, mas que as investigações da CPI levaram à constatação de outros delitos, continuarão sob investigação, com seus casos enviados à Procuradoria Geral da República. Aqueles que tiverem de responder a um processo de cassação serão investigados pelo Ministério Público, caso tenham cometido, além dos ilícitos políticos, delitos de natureza penal e criminal.

Com esta orientação, os membros da Comissão acreditam que será reduzido o número daqueles que serão inocentados entre os 41 parlamentares investigados. O senador José Paulo Bisol (PSB-

RS) vai enviar uma cópia do relatório da Subcomissão de Patrimônio à Receita Federal, visando acelerar os processos por crime fiscal. Eles demoram em média um ano e meio, mas com as informações da comissão, o senador estima que a Receita ganhará tempo. Os três governadores investigados também terão seus casos enviados às assembleias legislativas e ao Ministério Público, dependendo se o ilícito foi político ou criminal. O Ministério Público cuidará ainda das outras 26 pessoas investigadas pela comissão e que não tenham sido inocentados.

Nas reuniões de ontem, o relator Roberto Magalhães apresentou uma lista de parlamentares sobre os quais ainda existiam dúvidas para formar seu juízo, pedindo informações complementares sobre questões que não estavam completamente elucidadas. "Ele pediu dados adicionais sobre cheques suspeitos e de operações bancárias com indícios de favorecimento", contou o deputado Zaire Resende (PMDB-MG). No encontro, Magalhães também discutiu a adoção do "critério da gradação de penas" para punir os envolvidos (pelos regimentos da Câmara e do Senado as punições são advertência,

repreensão, suspensão temporária do mandato e cassação). Mas no final ele concluiu, no que se refere aos delitos comprovados envolvendo o orçamento, que "uma investigação como a que estamos fazendo não pode desaguar em advertência, ou cassa ou inocenta".

Magalhães mostrou a estrutura de seu relatório, que terá uma introdução conceitual de 30 páginas sobre "poder político e ética". O relatório terá um capítulo fundamentado do ponto de vista legal os trabalhos da comissão e depois um resumo de todos os depoimentos. O capítulo seguinte será de proposições relacionadas a participação do Congresso na elaboração do Orçamento e de mudanças nas leis eleitoral, da imunidade parlamentar e orçamentária. A parte final será dedicada à análise individual da responsabilidade de cada uma das 71 pessoas investigadas (41 parlamentares, 3 governadores, 1 suplente de deputado e mais 26 pessoas) com a conclusão. O relator não vai tipificar, do ponto de vista penal, os crimes cometidos, mas relatará os fatos e, no caso dos deputados e senadores, pedirá as punições correspondentes.

Raimundo Paccó



Magalhães decidiu as penas da CPI: "Ou cassa ou inocenta"